



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D Ã O Nº 170

Feito : Processo Nº 641/91-TCE/ACRE
Relator : Conselheiro Isnard Bastos Barbosa Leite
Assunto : Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Coletivo de Servidores Nº 004/87, firmado entre o DERACRE e a firma Margarido Osmar de Mesquita.

Termo Aditivo ao Contrato Nº 004/87, de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo entre o DERACRE e a firma Margarido Osmar de Mesquita, objetivando o transporte de servidores em viatura tipo ônibus - **considerados irregulares**, com fulcro no art. 61, inciso II, da C.E.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 641/91, acima indicado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante da decisão, para **considerar irregular** o Contrato Nº 004/87 e respectivo Termo Aditivo, com fulcro no art. 61, inciso II, da Constituição Estadual, comunicando-se, inclusive, aos Poderes Executivo e Legislativo. Pelo arquivamento do feito, cumpridas as formalidades de estilo.--.--.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.-

Rio Branco, 26 de março de 1992.

Cons. JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA
Presidente

Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE
Relator

Fui presente:

Dr. FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº 170

Feito : Processo Nº 641/91-TCE/ACRE
 Relator : Conselheiro Isnard Bastos Barbosa Leite
 Assunto : Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Coletivo de Servidores Nº 004/87, firmado entre o DERACRE e a firma Margarido Osmar de Mesquita.

Termo Aditivo ao Contrato Nº

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE	
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 5.158	de 08/04/1992 fl. 16.
Secretária do Plenário	

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 641/91, acima indicado, A C Ó R D ã M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante da decisão, para considerar irregular o Contrato Nº 004/87 e respectivo Termo Aditivo, com fulcro no art. 61, inciso II, da Constituição Estadual, comunicando-se, inclusive, aos Poderes Executivo e Legislativo. Pelo arquivamento do feito, cumpridas as formalidades de estilo.---

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado

do Acre.---

Rio Branco, 26 de março de 1992.

Cons. JOSÉ EUGÊNIO DE LÊÃO BRAGA
 Presidente

Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE
 Relator

Fui presente:

Dr. FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
 Procurador-Chefe do M.P.E.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: TCE/641/91

RELATOR : Cons. Isnard Bastos Barbosa Leite

ASSUNTO : Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços de transporte coletivo de servidores, de nº004/87, firmado entre Deracre e a firma Margarido Osmar de Mesquita.

RELATÓRIO

Trata o presente processo de um Termo Aditivo do Contrato nº004/87 de prestação de serviços de transporte coletivo de funcionários, celebrado em 03.09.90 entre o Deracre e a Firma Margarido Osmar de Mesquita, no valor mensal de Cr\$. 350.000,00, pelo prazo de doze meses.

Os técnicos da 3ª IGCE concluíram em seu relatório às folhas 18/20 que não existe amparo na legislação vigente para o Termo Aditivo em análise, na medida em que ficou caracterizada a falta de procedimento licitatório; notas fiscais (nº 137 e 138 com valor cada uma de Cr\$ 420.000,00 (e não ao Cr\$350.000,00 mensais estabelecidos no contrato), referente ao pagamento dos meses de novembro a dezembro de 1990.

O técnico Antonio Urcesino de Castro Filho, em seu parecer jurídico de fls 23/27 também reconhece as graves irregularidades apontadas pela equipe de 3ª IGCE.

Em seu parecer de fls 34/35, o procurador-chefe do MPE, Fernando de Oliveira Conde, afirma que o contrato original está irregular porque fere diretamente a legislação pertinente a licitação e contratos públicos e, em consequência, também o Termo Aditivo, pelas mesmas razões, opinando no sentido de que o TCE officie junto ao Deracre para que o órgão se manifeste sobre a ma

Isnard



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

nutenção ou não do contrato e do Termo Aditivo em análise. Se ainda vigoram, sejam sustados imediatamente para as devidas regularizações, caso contrário, advertir os responsáveis para que fatos como estes não voltem a acontecer, devendo o Decacre corrigir as falhas apuradas, no prazo a ser assinalado pelo TCE.

É o Relatório.

Ismard Bastos Barbosa Leite
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

V O T O

Pela análise dos autos do processo, confirma-se a inexistência da fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, o que garantiria o cumprimento fiel dos seus termos e dos artigos 56 e 57, Parágrafo Único, do Decreto Lei 2300/86. Esse procedimento também garante a lisura na execução contratual e exime as partes de responsabilidades futuras.

Por se tratar de renovação contratual, ~~pela~~ foi mantido o objeto inicial para dar seguimento ao que foi contratado, inclusive com novos preços, deveria ter sido realizado o procedimento licitatório. No entanto, tal não ocorreu, e a firma Margarido Osmar Nesquita foi recontratada pelo Deracre, para prestar serviço de transporte coletivo aos funcionários do órgão, sem que fosse obedecida a legislação que trata de contratos públicos e da licitação.

Convenhamos, por outro ângulo, que não fez o menor sentido o Deracre concordar em pagar duas notas fiscais, referentes aos meses de novembro e dezembro/90, com valores de Cr\$. 420.000,00 cada uma, contrariando frontalmente a cláusula primeira do Termo Aditivo, que estabelece o pagamento de Cr\$. 350.000,00 por mês a contratada. No contrato não há vestígios de cláusulas de majoração e outra vez configura-se a desobediência ao Decreto-Lei 2300/86.

Face ao exposto e ao que foi examinado, VOTO no sentido de considerar irregular o contrato nº 004/87 e o Termo Aditivo, com base no artigo 61, Inciso II, da Constituição Estadual, comunicando-se esta decisão aos Poderes Executivo e Legislativo.


Isnard Bastos Barbosa Leite
Conselheiro Relator